

17/12/2013

PRIMEIRA TURMA

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 118.615 DISTRITO FEDERAL

RELATORA	: MIN. ROSA WEBER
RECTE.(S)	: RODOLFO RAMOS COSTA
ADV.(A/S)	: NICOLAU AUN JÚNIOR
RECDO.(A/S)	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

EMENTA

RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. PROCESSO PENAL. IMPETRAÇÃO DENEGADA NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA POR INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. SUBSTITUTIVO DE RECURSO CONSTITUCIONAL. TRIBUNAL DO JÚRI. DESAFORAMENTO. IMPARCIALIDADE DOS JURADOS. NÃO COMPROVAÇÃO. DIVULGAÇÃO DOS FATOS PELA MÍDIA. IRRELEVÂNCIA.

1. O Superior Tribunal de Justiça observou os precedentes da Primeira Turma desta Suprema Corte que não vem admitindo a utilização de *habeas corpus* em substituição a recurso constitucional.

2. O desaforamento desloca o julgamento da ação penal para outra comarca da região, quando “*o interesse da ordem pública o reclamar ou houver dúvida sobre a imparcialidade do júri ou a segurança pessoal do acusado*” (art. 427, *caput*, do Código de Processo Penal), ou, ainda, “*comprovado excesso de serviço*” impeditivo da realização do júri no prazo de 6 (seis) meses após o trânsito em julgado da decisão de pronúncia (art. 428, *caput*, do Código de Processo Penal).

3. A mera alegação de dúvida sobre a imparcialidade dos jurados sem a devida comprovação não autoriza o desaforamento. Precedentes.

4. A divulgação do fato criminoso pela mídia não reflete o ânimo dos membros integrantes do Conselho de Sentença. Precedente.

5. Recurso ordinário em *habeas corpus* a que se nega provimento.

A C Ó R D Ã O

RHC 118615 / DF

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Primeira Turma, sob a Presidência do Senhor Ministro Luiz Fux, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso ordinário em *habeas corpus*, nos termos do voto da Relatora.

Brasília, 17 de dezembro de 2013.

Ministra Rosa Weber
Relatora

17/12/2013

PRIMEIRA TURMA

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 118.615 DISTRITO FEDERAL

RELATORA	: MIN. ROSA WEBER
RECTE.(S)	: RODOLFO RAMOS COSTA
ADV.(A/S)	: NICOLAU AUN JÚNIOR
RECDO.(A/S)	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

RELATÓRIO

A Senhora Ministra Rosa Weber (Relatora): Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* interposto por Rodolfo Ramos Costa contra acórdão do Superior Tribunal de Justiça que, nos autos do HC 214.294/SP, não conheceu do *writ*.

O Recorrente foi denunciado e, posteriormente, pronunciado pela suposta prática do crime de homicídio qualificado, por duas vezes, tipificado no art. 121, § 2º, I e IV, c/c os arts. 29 e 69, todos do Código Penal, por ter efetuado disparos que levaram a óbito pai e filha de 01 (um) ano e 06 (seis) meses de idade.

A Defesa, ao argumento de dúvida sobre a imparcialidade do Júri, formulou pedido de desaforamento nos termos do art. 427 do Código de Processo Penal. Os autos foram distribuídos ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que, ao fundamento de não comprovação da suposta imparcialidade dos jurados, indeferiu o pleito defensivo.

Contra essa decisão, impetrado o HC 214.914/SP perante o Superior Tribunal de Justiça, que não conheceu da ordem em acórdão assim ementado:

“PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. DESCABIMENTO. MODIFICAÇÃO DO ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL DO STJ, EM CONSONÂNCIA COM ORIENTAÇÃO ADOTADA PELO PRETÓRIO EXCELSO. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PEDIDO DE DESAFORAMENTO. ALEGADO COMPROMETIMENTO

RHC 118615 / DF

DA IMPARCIALIDADE DO CONSELHO DE SENTENÇA. AUSÊNCIA DE DADOS CONCRETOS. RELEVÂNCIA DA OPINIÃO DO MAGISTRADO SINGULAR. INEXISTÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

- O Supremo Tribunal Federal, pela sua Primeira Turma, passou a dotar orientação no sentido de não mais admitir habeas corpus substitutivo de recurso próprio. Precedentes: HC 109.956/PR, Rel. Min. Marco Aurélio, DJe de 11.9.2012, e HC 104.045/RJ, Rel. Min. Rosa Weber, DJe de 6.9.2012, dentre outros.

- O Superior Tribunal de Justiça, na esteira desse entendimento, tem amoldado o cabimento do remédio heroico, sem perder de vista, contudo, princípios constitucionais, sobretudo o do devido processo legal e da ampla defesa. Nessa toada, tem-se analisado as questões suscitadas na exordial a fim de se verificar a existência de constrangimento ilegal para, se for o caso, deferir-se a ordem de ofício. A propósito: HC 221.200/DF, Rel. Min. Laurita Vaz, DJe 19.9.2012.

- O desaforamento é medida excepcional que altera a competência territorial, fazendo-se necessária para tanto que estejam presentes concretamente uma das hipóteses previstas no art. 427 do CPP, quais sejam: o interesse da ordem pública, a imparcialidade do júri e o risco à segurança pessoal do acusado.

- Os elementos acostados nos autos – matérias jornalísticas – não têm concretude suficiente a fim de se concluir sobre eventual interferência no ânimo dos jurados, de modo a colocar em dúvida a imparcialidade do Conselho de Sentença.

- A opinião do magistrado singular, que não apontou nenhuma circunstância que pudesse acarretar dúvida relativa à parcialidade do júri, possui papel relevante na análise da necessidade de desaforamento, por emitir o posicionamento daquele que se encontra mais próximos aos fatos.

- Habeas corpus não conhecido.”

No presente recurso, alega a Defesa, em síntese, que a manutenção da competência do Tribunal do Júri da Comarca de Sumaré/SP afronta os princípios constitucionais da ampla defesa, nos termos do art. 5º,

RHC 118615 / DF

XXXVIII, *a*, da Carta da República.

Para tanto, sustenta dúvida quanto à imparcialidade do Júri, pois “o caso teve imensa repercussão na pequena cidade de Sumaré, como se comprova pelas matérias publicadas na imprensa local, ..., por se tratar do assassino de uma criança conjuntamente com o pai, meliante conhecido por sua reputação violenta”. Acrescenta que “o choque causado na população se evidencia, às escâncaras, nos bares, ruas, praças e escolas, onde toda população manifesta sua indignação e clama pela condenação do assassino”.

Requer o desaforamento da ação penal de origem em trâmite na Comarca de Sumaré para a Comarca de Campinas, nos termos do art. 427 do Código de Processo Penal.

Contrarrazões apresentadas.

O Ministério Público Federal, em parecer da lavra do Subprocurador-Geral da República Mario José Gisi, opina pelo não provimento do recurso ordinário em *habeas corpus*.

Expedido telegrama para dar ciência da sessão de julgamento do feito.

É o relatório.

17/12/2013

PRIMEIRA TURMA

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 118.615 DISTRITO FEDERAL

VOTO

A Senhora Ministra Rosa Weber (Relatora): O presente recurso ordinário em *habeas corpus* diz com o desaforamento pleiteado pela Defesa, ao argumento da suposta imparcialidade dos jurados, para deslocar a competência atribuída ao Tribunal do Júri da Comarca de Sumaré/SP para a Comarca de Campinas/SP.

A decisão teve por fundamento a inadequação da via eleita pela Defesa, tendo em vista o entendimento fixado pelo Superior Tribunal de Justiça e pela Primeira Turma desta Suprema Corte de obstar a utilização do *habeas corpus* como substitutivo do recurso ordinário constitucional.

Primeiramente, destaco a observância, com as devidas adaptações, dos precedentes da Primeira Turma desta Suprema Corte que não vem admitindo a utilização de *habeas corpus* em substituição ao recurso ordinário.

Tal entendimento foi assentado, em 08.8.2012, no julgamento do HC 109.956/PR:

“HABEAS CORPUS - JULGAMENTO POR TRIBUNAL SUPERIOR - IMPUGNAÇÃO. A teor do disposto no artigo 102, inciso II, alínea “a”, da Constituição Federal, contra decisão, proferida em processo revelador de habeas corpus, a implicar a não concessão da ordem, cabível é o recurso ordinário. Evolução quanto à admissibilidade do substitutivo do habeas corpus. PROCESSO – CRIME – DILIGÊNCIAS – INADEQUAÇÃO. Uma vez inexistente base para o implemento de diligências, cumpre ao Juízo, na condução do processo, indeferi-las” (HC 109.956/PR, Rel. Min. Marco Aurélio, DJe 11.9.2012).

Da minha lavra, destaco o HC 108.390/MS:

“HABEAS CORPUS. PROCESSO PENAL. SUBSTITUTIVO

RHC 118615 / DF

DO RECURSO CONSTITUCIONAL. INADMISSIBILIDADE. CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ART. 102, II, a. TRÁFICO DE DROGAS. DOSIMETRIA DA PENA. CAUSA DE DIMINUIÇÃO DO ART. 33, § 4º, DA LEI 11.343/06. REGIME INICIAL DE CUMPRIMENTO DE PENA. 1. O habeas corpus tem uma rica história, constituindo garantia fundamental do cidadão. Ação constitucional que é, não pode ser amesquinhado, mas também não é passível de vulgarização, sob pena de restar descaracterizado como remédio heroico. Contra a denegação de habeas corpus por Tribunal Superior prevê a Constituição Federal remédio jurídico expresso, o recurso ordinário. Diante da dicção do art. 102, II, a, da Constituição da República, a impetração de novo habeas corpus em caráter substitutivo escamoteia o instituto recursal próprio, em manifesta burla ao preceito constitucional. Precedente da Primeira Turma desta Suprema Corte. 2. (...).” (HC 108.390/MS, 1ª Turma, DJe 02.10.2012).

O desvirtuamento do *habeas corpus* tem efeito ainda mais grave nos Tribunais Superiores, diante das funções precípuas quer do Superior Tribunal de Justiça — a última palavra na interpretação da lei federal — quer desta Suprema Corte — a guarda da Constituição.

Como a decisão atacada está conforme os precedentes da Primeira Turma, não haveria como reconhecer a plausibilidade da pretensão veiculada na inicial.

Passo à análise da possibilidade da concessão de ofício da ordem de *habeas corpus*, visto que apreciada a questão de mérito pela autoridade apontada como coatora.

O cerne da questão diz com o indeferimento do pedido desaforamento formulado pela Defesa.

Consoante as regras previstas no Código de Processo Penal (arts. 69 a 91), o lugar do crime, em regra, determinará o juízo competente para processamento e julgamento da ação penal. Para os crimes dolosos contra a vida, a competência é privativa do Tribunal do Júri da localidade do cometimento do delito.

O desaforamento, incidente previsto no procedimento do Júri

RHC 118615 / DF

derrogatória da competência territorial, desloca o julgamento da ação penal para outra comarca da região, quando “*o interesse da ordem pública o reclamar ou houver dúvida sobre a imparcialidade do júri ou a segurança pessoal do acusado*” (art. 427, *caput*, do Código de Processo Penal), ou, ainda, “*comprovado excesso de serviço*” impeditivo da realização do júri no prazo de 6 (seis) meses após o trânsito em julgado da decisão de pronúncia (art. 428, *caput*, do Código de Processo Penal).

A excepcionalidade dessa medida é pautada pela inequívoca comprovação da ocorrência de fatos gravíssimos que atentam contra a própria instituição do júri, em especial a plenitude de defesa e a imparcialidade do julgamento (art. 5º, XXXVIII, da Constituição da República).

Nessa linha, “*a mera alegação de parcialidade do júri, desacompanhada de qualquer manifestação idônea e eficaz, não basta para justificar o desaforamento*” (HC 91.617/RJ, Rel. Min. Celso de Mello, 2ª Turma, DJe 09.12.2011).

Para a Defesa, a necessidade de desaforamento pela imparcialidade dos jurados estaria configurada “*na imensa repercussão na pequena cidade de Sumaré, como se comprova pelas matérias publicadas na imprensa local, ..., por se tratar do assassino de uma criança conjuntamente com o pai, mediante conhecido por sua reputação violenta*”.

O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo indeferiu o pedido de desaforamento formulado pela Defesa aos seguintes fundamentos:

“(…).

No presente caso, não logrou o requerente comprovar a suposta imparcialidade dos jurados a fim de justificar a necessidade da derrogação originária do julgamento pelo Júri.

Além disso, o Defensor, conhecendo a lista de jurados, poderia afastar quaisquer nomes que pudessem ser influenciados, daquela forma, para o julgamento, no momento adequado.

Sobre o tema já se posicionou a jurisprudência: ‘O desaforamento – que atua como causa derrogatória da competência do Júri – reveste-se do caráter de medida absolutamente excepcional. O réu deve ser julgado no lugar em que supostamente cometeu o delito

RHC 118615 / DF

que lhe foi imputado. A mera alegação de parcialidade dos jurados, desacompanhada de qualquer comprovação idônea e eficaz, não basta para justificar o desaforamento' (RT 701/408).

Assim, indefere-se o presente pedido de desaforamento."

Não destoou desse entendimento o Superior Tribunal de Justiça.
Confira-se:

"Na hipótese em testilha, entendo que os elementos acostados aos autos – matérias jornalísticas – não têm concretude suficiente a fim de se concluir sobre eventual interferência no ânimo dos jurados, de modo a colocar em dúvida a imparcialidade do Conselho de Sentença.

(...).

Há de se destacar, ainda, que no caso de análise da necessidade de desaforamento, a opinião do magistrado singular tem relevante importância, por emitir o posicionamento daquele que se encontra mais próximo aos fatos.

No caso, ao prestar informações a esta Corte (fls. 42-917), o juiz de primeiro grau não apontou nenhuma circunstância que pudesse acarretar dúvida relativa à imparcialidade do júri, destacando, não haver a repercussão social alegada pela defesa, afirmando, ainda, que a cidade de Sumaré, por possuir cerca de duzentos e cinquenta mil habitantes, não pode ser tida por pequena, bem como que "se localiza no entorno da cidade de Campinas, com mais de um milhão de habitantes, e é vizinha de Hortolândia, com algo em torno de duzentos mil habitantes" (fl. 42).

(...).

Assim, constata-se não ser o caso de concessão da ordem de ofício, pois não há flagrante ilegalidade a sanar.

Pelo exposto, não conheço do habeas corpus."

Com efeito, as instâncias ordinárias consignaram que as matérias jornalísticas sobre o evento criminoso juntadas pela Defesa perante a Corte Estadual não são elementos, por si só, suficientes a comprovar a tese defensiva da dúvida quanto à imparcialidade dos jurados.

RHC 118615 / DF

Na hipótese, o Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Sumaré/SP, ao encaminhar cópias integrais dos autos ao Superior Tribunal de Justiça, inclusive a matéria jornalística publicada, noticiou não ser do seu conhecimento *“repercussão tal do presente caso que possa interferir na imparcialidade dos jurados”*. Informa ainda que *“a cidade de Sumaré conta com cerca de duzentos e cinquenta mil habitantes, não podendo, salvo melhor juízo, ser reputada pequena”*, porquanto *“se localiza no entorno da cidade de Campinas, com mais de um milhão de habitantes, e é vizinha de Hortolândia, com algo em torno de duzentos mil habitantes”*.

Nesse contexto, acentuada a relevância dos esclarecimentos prestados pelo magistrado de primeiro grau, dotados de fé pública, pois, dada a proximidade dos fatos, *“ninguém melhor que a autoridade judiciária encarregada de presidir o julgamento para informar a realidade da situação ao Tribunal, pois tanto a ordem jurídica, como a segurança do réu e até mesmo a imparcialidade dos jurados são do seu conhecimento direto”* (Nucci, Guilherme de Souza. Tribunal do Júri, 4ª ed., rev., atual. e ampl., São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013, fl. 146).

Ademais, a decisão hostilizada converge para jurisprudência deste Supremo Tribunal Federal no sentido de que a mera alegação de dúvida sobre a imparcialidade dos jurados sem a devida comprovação não autoriza o desaforamento. Veja-se:

“HABEAS CORPUS” - DESAFORAMENTO - MEDIDA EXCEPCIONAL - MAGISTRADO QUE ACENTUA A “RELEVÂNCIA SOCIAL” DO JULGAMENTO - ALEGADA PARCIALIDADE DO MAGISTRADO LOCAL E DOS JURADOS - AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DOS REQUISITOS AUTORIZADORES DA MEDIDA (CPP, ART. 424) - NORMA DE DIREITO ESTRITO - INOCORRÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL - PEDIDO INDEFERIDO. - O desaforamento - que atua como causa derogatória da competência territorial do júri - qualifica-se como medida de caráter excepcional, só devendo ser deferido quando houver prova inequívoca de que ocorre qualquer dos pressupostos taxativamente referidos no art. 424 do

RHC 118615 / DF

Código de Processo Penal. - O réu deve ser julgado no lugar em que supostamente cometeu o delito cuja prática lhe foi imputada. A mera alegação de parcialidade do júri, desacompanhada de qualquer comprovação idônea e eficaz, não basta para justificar o desaforamento. - A manifestação do juiz que afirma a “relevância social” do julgamento a ser realizado pelo Tribunal do Júri não basta, só por si, para descaracterizar a imparcialidade dos jurados e, conseqüentemente, justificar o desaforamento do julgamento.” (HC 91.617/RJ, Rel. min. Celso de Mello, 2ª Turma, DJe 09.12.2011);

“HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. CRIME CONTRA A VIDA. JULGAMENTO. DESAFORAMENTO. ALEGAÇÕES DE POSSÍVEL PARCIALIDADE DO JÚRI E DE RISCO À SEGURANÇA DO RÉU. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CARACTERIZADO. DENEGADA. I - O desaforamento constitui medida excepcional, que somente terá lugar quando presente um dos seguintes motivos: i) interesse da ordem pública; ii) risco para a segurança do réu; iii) dúvida sobre a imparcialidade do júri. II - No caso sob exame não se faz presente nenhuma das hipóteses elencadas, o que torna inviável o acolhimento do pleito. III - Ordem denegada.” (HC 103.646/GO, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, 1ª Turma, DJe 01.10.2010);

“RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. JÚRI. DESAFORAMENTO. EXCEPCIONALIDADE. INOCORRÊNCIA. O desaforamento é medida excepcional que somente se justifica “[s]e o interesse da ordem pública o reclamar, ou houver dúvida sobre a imparcialidade do júri ou sobre a segurança pessoal do réu” (CPP, art. 424). No caso concreto, a mera suposição de parcialidade do júri, sem nada que a demonstre, fundada tão-somente na circunstância de a irmã da vítima ser funcionária do Juízo, não é suficiente para a decretação do ato. Recurso ordinário em habeas corpus a que se nega provimento.” (HC 90.001/PE, Rel. Min. Eros Grau, 2ª Turma, DJ 07.12.2006)

RHC 118615 / DF

Agregue-se o fato de que, em situação semelhante à presente, esta Suprema Corte, no julgamento do HC 70.228/MS, Rel. Min. Celso de Mello, 1ª Turma, DJ 04.5.1993, já assentou a inexistência de justificativa para o desaforamento quando há circulação da notícia do fato criminoso na imprensa por não refletir o ânimo dos membros integrantes do Conselho de Sentença. Eis a ementa:

“HABEAS CORPUS” – DESAFORAMENTO – MEDIDA EXCEPCIONAL – INCIDENTE CAUSADO PELO IRMÃO DO RÉU – FATO SUPERADO – AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DA QUEBRA DA IMPARCIALIDADE DO JÚRI – IMPORTÂNCIA DAS INFORMAÇÕES DO MAGISTRADO DE PRIMEIRO GRAU – IRRELEVÂNCIA DA DIVULGAÇÃO DO INCIDENTE PELOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – CPP, ART. 424 – NORMA DE DIREITO ESTRITO – INOCORRÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL – PEDIDO INDEFERIDO. – O desaforamento – que atua como causa derogatória da competência territorial do júri – reveste-se do caráter de medida absolutamente excepcional. – O réu deve ser julgado no lugar em que supostamente cometeu o delito que lhe foi imputado. A mera alegação de parcialidade dos jurados, desacompanhada de qualquer comprovação idônea e eficaz, não basta para justificar o desaforamento. – A manifestação do juiz, em informações atualizadas e precisas, revela-se de fundamental importância – ante a idoneidade de que se reveste a sua opinião – na apreciação do pedido de desaforamento, que só deve ser concedido quando houver prova inequívoca de que ocorre qualquer dos pressupostos taxativamente referidos no art. 424 do Código de Processo Penal. – A maior divulgação do fato e dos seus incidentes e consequências, pelos meios de comunicação social, não basta, só por si, para justificar o desaforamento, sempre excepcional, do julgamento pelo júri. A opinião da imprensa não reflete, necessariamente, o estado de ânimo da coletividade e, por extensão, dos membros integrantes do Conselho de Sentença.”

Em consulta ao acompanhamento processual da ação penal na

RHC 118615 / DF

origem, verifico que a sessão de julgamento do Tribunal do Júri foi designada para o dia 09.01.2014.

Por derradeiro, não comprovada, na espécie, dúvida sobre a imparcialidade dos jurados necessária à excepcionalidade da medida de desaforamento, nos termos do art. 427 do Código de Processo Penal.

Não vislumbro, portanto, manifesta ilegalidade ou teratologia no ato apontado como coator a autorizar a concessão de ofício da ordem de *habeas corpus*.

Ante o exposto, **nego provimento** ao presente recurso ordinário.

É como voto.

PRIMEIRA TURMA

EXTRATO DE ATA

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 118.615

PROCED. : DISTRITO FEDERAL

RELATORA : MIN. ROSA WEBER

RECTE.(S) : RODOLFO RAMOS COSTA

ADV.(A/S) : NICOLAU AUN JÚNIOR

RECDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROC.(A/S) (ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

Decisão: A Turma negou provimento ao recurso ordinário em *habeas corpus*, nos termos do voto da Relatora. Unânime. Presidência do Senhor Ministro Luiz Fux. 1ª Turma, 17.12.2013.

Presidência do Senhor Ministro Luiz Fux. Presentes à Sessão os Senhores Ministros Marco Aurélio, Dias Toffoli, Rosa Weber e Roberto Barroso.

Subprocuradora-Geral da República, Dra. Cláudia Sampaio Marques.

Carmen Lilian Oliveira de Souza
Secretária da Primeira Turma